



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais				
Título:	Reunião Ordinária N. 16				
Local:	CONAB				
Data da reunião:	28/08/2014	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00

Pauta da Reunião

Horário	Temas
14:00	Abertura da reunião pelo representante do Senhor Ministro Neri Geller
14:10	Palavras do novo Presidente Eduardo Riedel
14:20	Informações básicas sobre o funcionamento da Câmara • Marcio Candido, Coordenador-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
14:30	As atuais negociações comerciais multilaterais • Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita
14:50	Negociações SPS e Abertura dos mercados da: Rússia, China/H. Kong, México, EUA, Japão, Iraque, Arábia Saudita, Tailândia, Turquia e Taiwan • Lino Colsera, Diretor do DNSF/SRI
15:10	Subsídios às exportações de açúcar pela Índia e efeitos no mercado internacional (<i>Única</i>)
15:20	Assincronia na aprovação de novos eventos transgênicos em mercados importantes, em especial o mercado do milho na China e da soja nos principais mercados (<i>Aprosoja</i>)
15:30	Agendamento do comércio Brasil-Peru para solução de conflitos e Acordo Brasil/Mercosul-Caricom (<i>Abiarroz</i>)
15:40	Atuação agressiva para celebração de Acordos de Livre Comércio (ALC), principalmente com México, Peru, Panamá, Chile, Costa Rica e Rússia (<i>Abiarroz e ABICS</i>)
15:50	Superação dos Obstáculos à finalização do ALC Mercosul-União Europeia (<i>ABICS</i>)
16:00	Síntese das recomendações e/ou moções
16:20	Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDUARDO CORREA RIEDEL	CNA	PR	
2	BENEDITO ROSA DO ESPIRITO SANTO		PR	
3	ISABEL REGINA FLORES CARNEIRO ROXO		PR	
4	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	PR	
5	MAYRA FIGUEIREDO MARQUES	CGAC/SE/MAPA	PR	
6	MÁRIO EDUARDO FIGEUIRA PEGORER	ABIARROZ	PR	
7	ANDRESSA DE SOUZA E SILVA	ABIARROZ	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

8	ROBERTO CEZAR FERREIRA PAULO	ABICS	PR	
9	RICARDO JOAO SANTIN	ABPA	PR	
10	LUIZ ROBERTO MALDONADO BARCELOS	ABRAFRUTAS	PR	
11	JOSÉ EDUARDO BRANDÃO COSTA	ABRAFRUTAS	PR	
12	FABIO MARTINS FARIA	AEB	PR	
13	EDUARDO CALDAS	APEX-BRASIL	PR	
14	MAURICIO MAFRE	APEX-BRASIL	PR	
15	LARISSA POPP ABRAAO	CitrusBR	PR	
16	MARIA JOSE A. M. SAMPAIO	EMBRAPA	PR	
17	LUIZ CARLOS MACHADO	FEDERARROZ	PR	
18	LEOCIR BOTTEGA	IBRAVIN	PR	
19	FERNANDO COPPE ALCARAZ	MF	PR	
20	JOÃO MARCOS SILVA MARTINS	OCB	PR	
21	GUSTAVO BEDUSCHI	OCB	PR	
22	EDUARDO LUIS LEÃO DE SOUSA	UNICA	PR	
23	MARCELO COSTA MARTINS	Viva Lácteos	PR	
24	GUSTAVO BEDUSCHI	Viva Lácteos	PR	
25	TATIANA LIPOVETSKAIA PALERMO	CNA	CO	
26	ADILSON JOSE SANTOS CARVALHAL JUNIOR	ABBA	CO	
27	PEDRO GUIMARÃES FERNANDES	ABICS	CO	
28	JOSE AUGUSTO DE CASTRO	AEB	CO	
29	GUILHERME LUIZ GUIMARÃES	ANDEF	CO	
30	MARCELO RODRIGUES PERRACINI	ANDEF	CO	
31	ALEX NOBUYOSHI UTIDA	APROSOJA	CO	
32	FABRICIO MORAIS ROSA	APROSOJA	CO	
33	GUNTHER KNAK	BB	CO	
34	CARLOS HENRIQUE FACCIOLLI	BB	CO	
35	MARCELA DOS SANTOS DE CARVALHO	CAMEX	CO	
36	ANDRÉ LUÍS RIBEIRO BARBOSA	CAMEX	CO	
37	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	CO	
38	MOACYR SARAIVA FERNANDES	IBRAF	CO	
39	LEONARDO RECUPERO	MDA	CO	
40	LUIS HENRIQUE OLIVEIRA	MDA	CO	
41	PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA	MRE	CO	
42	LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL	SDA/MAPA	CO	
43	CARLOS GOULART	SDA/MAPA	CO	
44	CARLOS HUMBERTO MENDES DE CARVALHO	SINDLEITE/SP	CO	
45	JOSÉ EDSON ROSOLEN	SINDLEITE/SP	CO	
46	RUI VARGAS	ABPA	CO	
47	GABRIELA DAL SASSO	ABRAFRIGO	CO	
48	GUNTHER KNAK	BB	CO	
49	MARCELA CARVALHO	CAMEX	CO	
50	MARCIA CANDIDO	CGAC	CO	
51	ISABEL ROXO	CGAC	CO	
52	OSCAR AFONSO JUNIOR	CGAC	CO	
53	CAMILA SANDE	CNA	CO	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

54	PEDRO VIEIRA	EMBRAPA	CO	
55	ELIANA VALERIA FIGUEIREDO	EMBRAPA	CO	
56	CARLOS LIMA	IBRAC	CO	
57	MARCUS VINICIUS GOMES	MDA	CO	
58	MARCELO F B AZEVEDO	MDIC	CO	
59	ANDREY CORREA	MDIC	CO	
60	MARIANA S MARTON	MRE	CO	
61	IGOR BARBOSA	MRE	CO	
62	JOSE EDSON ROSOLEN	SINDLEITE/SP	CO	
63	MARCELO GUIMARAES	SPA/MAPA	CO	
64	GASTAO GIOMETTI	SPA/MAPA	CO	
65	ELIANA M M FERREIRA	SRI/MAPA	CO	
66	PATRICIA WERNECK	SRI/MAPA	CO	
67	FILIPPE LOPES	SRI/MAPA	CO	
68	FABRICIO SIMOES	SRI/MAPA	CO	
69	LUIZ A G RODRIGUES	SRI/MAPA	CO	
70	HELENA QUEIROZ	SRI/MAPA	CO	
71	GUTEMBERG BARONE	SRI/MAPA	CO	
72	FREDERICO F MOESCH	SRI/MAPA	CO	
73	CARLOS WAGNER	SRI/MAPA	CO	
74	ADILSON L RIBEIRO SILVA	SRI/MAPA	CO	
75	LINO CALDEIRA	SRI/MAPA	CO	
76	ROGERIO DA SILVA	SRI/MAPA	CO	
77	MARIANA LUCENA	Umbelino Lôbo	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

Desenvolvimento

Abertura da reunião pelo representante do Senhor Neri Geller, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Às quatorze horas e vinte minutos do dia 28 de agosto, no Auditório Sede da CONAB, foi aberta a 16ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais pelo Sr. Seneri Paludo, Secretário de Política Agrícola, que participou da reunião representando o Sr. Neri Geller, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Inicialmente agradeceu a presença de todos os membros e convidados e justificou a ausência do Ministro em virtude de agenda de trabalho. Ademais, relatou que o titular da pasta reitera o apoio do MAPA aos trabalhos do colegiado, pois representa um foro importante para fins de comércio internacional.

Palavras do novo Presidente da Câmara Temática, Sr. Eduardo Riedel

Na sequência, o Sr. Eduardo Riedel, novo Presidente da Câmara Temática, apresentou-se ao colegiado e expressou a sua satisfação em presidir este importante fórum de debates com fundamental enfoque na ampliação da inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional. Nesse sentido se dispôs a ajudar no que for necessário para que a Câmara ganhe impulso na realização de suas demandas.

Segundo o Presidente Eduardo Riedel, o agro brasileiro está em um momento importante no centro de decisões políticas e mesmo diante dos desafios enfrentados, mantém uma agenda positiva de debates. Agradeceu a todos os colaboradores do MAPA na viabilização das reuniões retomadas em fevereiro último e ressaltou a importância da Câmara em reunir vários segmentos da cadeia produtiva. Em sua opinião, se a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Câmara mantiver assuntos pertinentes em pauta, terá grandes chances de avançar.

Informações básicas sobre o funcionamento da Câmara

Em seguida o Sr. Márcio Candido Alves, Coordenador-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC), fez uma breve apresentação sobre a missão, composição e funcionamento das Câmaras para melhor entendimento dos seus membros. Relatou que as reuniões das Câmaras são canais institucionalizados de interlocução entre o MAPA e a Sociedade, sendo instrumento democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, informou que as Câmaras Setoriais são constituídas por vinte e cinco entidades representativas do setor, entre públicas e privadas, e cinco entidades convidadas. No caso das Câmaras Temáticas, que estão relacionadas com um serviço, instrumento de apoio, tema ou área de conhecimento transversal às diversas cadeias produtivas, não há limite estabelecido para o número de membros.

Seguindo, relatou que a Presidência da Câmara é exercida, preferencialmente, por um representante do setor privado, nomeado pelo Ministro da Agricultura com mandato de dois anos, renovável por igual período, e uma única vez. Excepcionalmente a Presidência poderá ser exercida por servidor do MAPA. Em relação à Secretaria Executiva da Câmara informou que é exercida, preferencialmente, por servidores da CGAC. Entretanto, esta função poderá ser desempenhada por um Consultor Especial, indicado pelo plenário e nomeado pelo Ministro da Agricultura. Por fim assinalou que maiores informações sobre o funcionamento do colegiado estão disponíveis no link <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Situação atual das negociações comerciais multilaterais

O Sr. Embaixador Paulo Estivallet abordou este item da agenda fazendo um relato sobre a situação atual das negociações comerciais multilaterais que iniciaram na Rodada do Uruguai. Inicialmente comentou sobre os desafios técnicos e políticos enfrentados pelos países para salvar a atual negociação da Rodada Doha. A este respeito informou que houve um impasse na negociação do tema agrícola em Bali.

O pacote de Bali, aprovado em dezembro do ano passado, incluiu dez acordos, como medidas de facilitação de comércio, agricultura (subsídios para segurança alimentar e mais transparência na administração de cotas) e uma série de questões ligadas ao desenvolvimento de países mais pobres. Após a aprovação do protocolo do principal acordo (facilitação de comércio), o texto entraria no arcabouço da OMC e a partir daí poderia ser ratificado pelos Parlamentos nacionais. Porém a Índia decidiu retroceder no que tinha sido acertado em Bali. Passou a condicionar o seu sinal verde, para o consenso, ao acordo de facilitação de comércio em troca de solução permanente para continuar dando subsídios além dos limites autorizados, a fim de formar estoques por razões de segurança alimentar. Isso inclui bilhões de dólares para compra de arroz e trigo.

Ademais do anterior, o Embaixador relatou que um cenário preocupante são as grandes demandas de negociações dos Estados Unidos que vem sendo atendidas condicionalmente por China e Índia, em contrapartida ao Brasil. Contudo, ressaltou que o momento para retomada das negociações ainda não é propício, pois precisa-se disciplinar as questões de subsídios nas negociações da OMC. É importante no momento, que se levante melhores propostas pensando a médio e longo prazo a fim de garantir maiores ofertas no mercado internacional.

Aberta a discussão a Sra. Ana Lúcia, representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), questionou sobre o principal obstáculo na negociação da Rodada Doha na OMC. Em resposta, o Embaixador Paulo Estivallet informou que no momento o grande impasse é a negociação política da Índia que apresenta uma série de condições para o acordo, exigindo autorização para formação de estoques para concordar com as negociações internacionais.

Negociações de medidas sanitárias e fitossanitárias e abertura dos mercados da Rússia, China/Hong Kong, México, EUA, Japão, Iraque, Arábia Saudita, Tailândia, Turquia e Taiwan

O Diretor do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DNSF/SRI/MAPA), Sr. Lino Colsera, fez um relato sobre o estágio atual das negociações que o Governo brasileiro vem realizando com outros países na área de medidas sanitárias e fitossanitárias. Especificamente apresentou as seguintes informações.

China: O Brasil continua negociando a ampliação do número de estabelecimentos habilitados para exportar



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

carne suína e de aves para este país. Em relação à carne bovina logrou-se obter o fim do embargo às exportações brasileiras. Ademais, informou-se também que o Brasil e a China estão renegociando o protocolo sanitário e o Certificado Sanitário Internacional (CSI).

Estados Unidos: O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) realizou consulta pública para permitir a importação de carne bovina brasileira in natura de 14 Estados livres de febre aftosa com vacinação. A consulta foi encerrada no dia 22 de abril último. Os comentários recebidos (aproximadamente 800) relativos a esta consulta estão sendo avaliados pelo USDA.

México: O mercado deste país para exportações de carne de frango e genética avícola encontra-se aberto. O Brasil está negociando a possibilidade de ampliar o número de plantas habilitadas para exportar carne de frango de 5 para 27. No caso da carne de peru iniciaram-se tratativas para a exportação deste produto. Em relação à carne suína informou-se que o Brasil iniciou negociações com o México para a abertura do mercado deste país para carne produzida no Estado de Santa Catarina. O México enfrenta dificuldade de oferta em função da ocorrência da peste suína africana e diarreia epidêmica suína (PED).

Japão: O Brasil continua negociando com o Japão o fim do embargo às exportações brasileiras de carne bovina termoprocessada. Esta restrição às exportações brasileiras foi imposta em 2012 em função do caso de EEB atípico registrado naquele ano.

Em relação à carne suína, informou-se que após a abertura do mercado japonês para as exportações catarinenses, ocorrida em junho de 2013, o Brasil intensificou as suas ações para a promoção das vendas externas deste produto.

Rússia: O Brasil obteve no início de agosto último aprovação do Certificado Sanitário Internacional (CSI) para a exportação de produtos lácteos para a União Aduaneira. O País foi beneficiado também (06/agosto/2014) com a ampliação substancial do número de estabelecimentos autorizados a exportar carne e seus derivados para a Rússia. Portanto, o País tem grandes possibilidades de ampliar as suas vendas externas destes produtos.

Além de relatar sobre as negociações sanitárias e fitossanitárias que o Governo brasileiro vem realizando com os países acima mencionados, o Sr. Lino Colsera também informou a respeito das ações realizadas nesta área com a Arábia Saudita, Chile, Irã, Paquistão, Venezuela e Bolívia. As informações apresentadas sobre estes países encontram-se no arquivo "Negociações Sanitárias e Fitossanitárias", o qual esta disponível no link: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Subsídios às exportações de açúcar pela Índia e efeitos no mercado internacional

O Sr. Eduardo Leão de Souza, representante da ÚNICA, informou que o governo da Índia anunciou em fevereiro último que concederia subsídio ao frete interno às suas exportações de açúcar como forma de reduzir estoques internos e sustentar os preços domésticos do produto. Como regra geral, o Artigo 8 do Acordo sobre Agricultura proíbe a concessão de subsídios à exportação para produtos agrícolas, a menos que esses subsídios estejam presentes na lista de compromissos de redução do país. A Índia não possui nenhum produto nessa lista de compromissos.

No entanto, os países em desenvolvimento também estavam isentos do compromisso de redução dos subsídios que diminuem os custos de transporte interno e externo nas exportações, de acordo com as provisões do Artigo 9.4 do mesmo acordo, desde que esses subsídios não implicassem em uma circunvenção dos compromissos de redução durante o período de implementação do Acordo sobre Agricultura. O período de implementação do Acordo foi de 1995 a 2003. A Índia vem recorrendo a esse artigo e notificando esse tipo de medida ao Comitê de Agricultura da OMC, inclusive nos anos-safra posteriores a 2003.

Na Conferência Ministerial de 2005, os membros decidiram que os Países em Desenvolvimento iriam continuar a se beneficiar das provisões do Artigo 9.4 por mais cinco anos depois da eliminação de todas as formas de subsídios à exportação. Portanto, parece evidente que a Índia tem direito a conceder subsídios à exportação ao amparo do Artigo 9.4 do Acordo sobre Agricultura, mesmo o produto não fazendo parte da sua lista de compromissos de redução.

No entanto, o fato de a Índia ter direito à concessão desse tipo de subsídio implica que esse subsídio apenas deixa de ser considerado proibido, e passa a ser considerado acionável. Isso significa que o subsídio pode ser considerado proibido se o país que se sentir prejudicado recorrer ao Órgão de Solução de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Controvérsias da OMC e provar que a medida causa dano, ou ameaça causar dano, a outros membros da OMC. Sendo assim, caso esse tipo de medida cause dano aos produtores brasileiros de açúcar, ou ameace causar dano, nada impede que o país recorra ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC para que o subsídio seja eliminado ou reduzido de forma a não mais nos causar dano (ou ameaça de dano).

Tendo apresentado estas informações, o Sr. Eduardo Leão concluiu a sua intervenção indicando que, caso a Índia de fato conceda esse tipo de subsídio em valores que causem dano (ou ameacem causar dano) aos exportadores brasileiros de açúcar, o Brasil pode eventualmente recorrer ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC para contestar esse tipo de medida.

Assincronia na aprovação de novos eventos transgênicos em mercados importantes

O Sr. Leonardo Braúna Minaré, representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) expressou a preocupação do setor produtivo agrícola e agroindustrial com a não aprovação de eventos transgênicos em países importadores de grãos e fibras do Brasil. Esse tema é de grande relevância para a balança comercial. Em 2013 o Brasil exportou aproximadamente US\$ 100 bilhões de produtos do agronegócio, liderado pela soja e com expressiva participação do milho e algodão. A maior parte da produção nacional destas culturas é originária do uso de sementes transgênicas.

Conforme mencionou o Sr. Leonardo B. Minaré, a segregação de grãos e fibras transgênicos e não-transgênicos não é realizada em grande escala devido ao seu alto custo. As exportações brasileiras compõem-se, em sua maioria, de organismos geneticamente modificados (OGMs), utilizados nos países importadores. Se assim não fosse, haveria riscos de prejuízos com o cancelamento de embarques ou mesmo com rechaço de cargas nos portos de destino. Por esse motivo solicitou o apoio da Câmara para que o Sr. Ministro Neri Geller ressalte ao MRE a importância de que a diplomacia brasileira esteja atenta aos processos de aprovação de eventos OGMs (transgênicos) nos países importadores de soja, milho, algodão e outros produtos agropecuários. Solicitou também as devidas gestões do MRE, especialmente em países como China, Japão, União Européia e Coreia do Sul, para que tais eventos possam ter avaliação célere e não causem assincronia de aprovação com o Brasil.

Agendamento do comércio Brasil-Peru para solução de conflitos e Acordo Brasil/Mercosul-Caricom

A Sra. Andressa Silva, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Arroz (ABIARROZ) solicitou apoio da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais no sentido de requerer ao MDIC e ao MRE esforços para inclusão, na pauta de reunião bilateral, entre Brasil e Peru, do tema referente à cobrança da banda de preços para o arroz. Conforme informou a Sra. Silva, apesar de o Peru cobrar Tarifa Ad Valorem de 0% (zero) nas importações de arroz, este produto sofre outra tributação no momento da internalização, no país, denominado banda de preços.

A solicitação da ABIARROZ se baseia no fato do Acordo EUA-Peru isentar a cobrança da banda de preços para os Estados Unidos. Desse modo, uma possível solução para também conceder o benefício ao MERCOSUL (Brasil), seria a aplicação do art. 40 do ACE 58, no qual consta que na hipótese de o Peru oferecer qualquer concessão a outro país, ou bloco, não membro da ALADI, ele deverá negociar concessão equivalente com os países do MERCOSUL.

Quanto ao Caricom, a representante da ABIARROZ solicitou a possibilidade de analisar acesso preferencial do arroz brasileiro junto a esse bloco. Isenção específica para o arroz brasileiro, por parte do Caricom, não é legal, pois fere a norma internacional da nação mais favorecida, no âmbito do GATT. A solução para contornar os efeitos dessa regra seria a criação de um Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Caricom.

Atuação agressiva para celebração de Acordos de Livre Comércio (ALC) principalmente com México, Peru, Panamá, Chile, Costa Rica e Rússia

A representante da ABIARROZ, Sra. Andressa Silva, e o representante da Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel (ABICS), Sr. Roberto C. F. Paulo assinalaram que no momento em que diversos países buscam celebrar diversos tipos de acordos bilaterais de comércio, o Brasil/MERCOSUL ainda se limita a modestos tratados comerciais firmados, por exemplo, com a Palestina, Israel e alguns países da América Latina no âmbito da ALADI. Com a paralisação das negociações da Rodada Doha, na OMC, o Brasil está limitado a poucos acordos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dado este contexto, os representantes destas entidades ressaltaram que é primordial a conclusão das atuais negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia, como também de outras negociações de acordos comerciais bilaterais que permitam à integração das cadeias produtivas dos países envolvidos. O Brasil não deve limitar-se a seu mercado interno, mas buscar acordos que possam substituir os entendimentos ainda não viabilizados da OMC.

Dessa forma, solicitaram o apoio da Câmara para que os ministros envolvidos nas negociações do MERCOSUL com terceiros países ou blocos comerciais dêem prioridade absoluta à celebração de acordos de livre comércio que incluam os setores arrozeiro e de café solúvel.

Superação dos obstáculos à finalização do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e União Europeia

O Sr. Roberto C. F. Paulo, representante da ABICS explicou que as exportações agrícolas e agroindustriais brasileiras têm o mercado europeu como um dos principais destinos, onde a União Européia figura entre os maiores consumidores mundiais de produtos agrícolas. Este bloco apresenta um potencial de comércio bastante promissor para o Brasil e como consequência para o MERCOSUL. Dado este contexto, solicitou o apoio da Câmara no sentido de reiterar ao MRE o desejo das entidades de que sejam superados os obstáculos que impedem a conclusão e assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Européia.

Solicitação de Inclusão do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) como membro da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais

O Sr. Carlos Lima, Diretor Executivo do IBRAC solicitou a inclusão desta entidade como membro da Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais. O Presidente da Câmara consultou o plenário sobre esta questão o qual aprovou por unanimidade o pleito apresentado.

Síntese das recomendações e/ou moções

Como resultado das discussões dos temas abordados na reunião o plenário da Câmara aprovou por unanimidade as seguintes moções.

Moção 1: A Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais recomenda ao Sr. Ministro Sr. Neri Geller, que sejam feitas gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de reforçar a preocupação, e eventuais ações, quanto ao monitoramento sobre a alocação de recursos orçamentários para concessão de subsídios à exportação de açúcar por parte do Governo da Índia, tendo em vista possíveis distorções no mercado internacional.

Moção 2: A Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais recomenda ao Sr. Ministro Sr. Neri Geller que reforce as gestões junto ao Ministério das Relações Exteriores e, quando for considerado oportuno, diretamente junto a seus pares nos governos dos países importadores de soja, milho e outros produtos, no sentido de solicitar que seja levada em conta a aprovação de novos eventos transgênicos (OGMs) por parte de outros países também compradores do mesmo produto em prazo hábil a não prejudicar a comercialização internacional.

Moção 3: A Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais recomenda que o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o próprio MAPA incluam na agenda bilateral Brasil-Peru o pleito de estender ao Brasil as concessões feitas aos Estados Unidos da América, por meio de Acordo de Livre Comércio, diminuindo o imposto sobre as importações de arroz conforme prevê o art. 40 do Acordo de Complementação Econômica nº 58 firmado entre o MERCOSUL e o Peru.

Moção 4: A Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais recomenda aos Senhores Ministros envolvidos nas negociações do MERCOSUL com terceiros países ou blocos comerciais, que seja dada prioridade absoluta à celebração de Acordos de Livre Comércio e que incluam os setores arrozeiro e de café solúvel.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Moção 5: A Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais recomenda ao Sr. Ministro Neri Geller que reforce o posicionamento de que é muito importante para agricultura e agroindústria brasileira, a conclusão das negociações que superem os obstáculos que impedem a finalização dos entendimentos e a consequente assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Européia.

Encerramento

A 16ª Reunião Ordinária foi encerrada as 16:05 horas e sem mais assunto a ser debatido, eu Mayra Figueiredo Marques, lavrei a presente ata.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------